

Sr. José Borges dos Santos Júnior, Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil, divulgou pelo "Diário de Notícias", de domingo último, longa carta endereçada ao Presidente do Senado, a qual começa com esta frase que é premissa de toda a argumentação e, por isso, a ela limito a minha análise:

"Tenho a honra de me dirigir a V. Ex.^a a fim de apresentar, respeitosamente, o dissentimento de milhares de cidadãos brasileiros dos quais muitos, talvez, tenham votado em V. Ex.^a dissentimento do ato pelo qual V. Ex.^a no XXXVI Congresso Eucarístico Internacional, consagrou o Brasil ao Sagrado Coração de Jesus, em nome do Parlamento".

Incidiu o ilustre representante da Igreja Presbiteriana numa petição de princípio, dando por provado o que inicialmente, como base do seu raciocínio, deveria provar, isto é, que o ato fora praticado em nome do Parlamento.

O que se me atribui não o perceberam os meus pares nem desta nem da outra Casa do Congresso, pois deles nenhuma advertência me chegou. Apenas o eminente pastor presbiteriano dividiu no ato do Presidente do Senado violação ou exorbitância de mandato. Para chegar a essa desviada conclusão começou por incorrer, permita-se-me a afirmação, num vício de lógica.

S. Ex.^a não provou houvesse eu agido em nome do Parlamento. E nem poderia fazê-lo, porque os fatos de logo o desautorizariam.

A Consagração não fora e nem deveria ser em nome do Parlamento, porque lhe alteraria a alta significação.

Fôra feita sim, em nome da consciência e dos sentimentos cristãos do povo brasileiro e dela, nobre e espontaneamente participaram parlamentares, ministros de Estado, magistrados, vereadores, autoridades civis, militares e eclesiásticas e incalculável massa popular na mais deslumbrante e expressiva apoteose que os céus sul-americanos já presenciaram.

Antes da Consagração, profeti as palavras que aqui reproduzo, para se manifestar por a sem razão do dissentimento do ilustre representante da Igreja Presbiteriana:

"A consciência e os sentimentos cristãos do povo brasileiro, por suas expressões mais nobres e afirmativas, vêm desde muito revelando o nobre desejo, o elevado propósito e a indissolúvel aspiração de entregar os destinos da Pátria ao Sagrado Coração de Jesus, no qual, segundo o Apóstolo, estão escondidos todos os tesouros da sabedoria e da ciência.

Foi assim ao inaugurar-se triunfantemente o Monumento do Corcovado onde Cristo, que "é síntese de toda a religião" abre para o mundo os braços generosos no permanente apelo a fraternidade entre os homens e a concórdia entre as Nações.

Assim foi no Congresso Eucarístico de Belém, no qual o Episcopado Brasileiro, em movimento de rara altitude e significação, recolheu mais uma vez os anseios generalizados de um povo que nasceu sob o signo da Cruz e dela vem nutrido a essência espiritual de sua formação e a substância moral de seu aperfeiçoamento. E aqui, agora, neste cenário maravilhoso se alteiam e elevam vozes mais vigorosas e imperativas, que se diriam vindas do próprio Céu, pois de bênçãos e de graças, tantas e tão evidentes, marcou ele estes dias memoráveis de apoteo-

se e de louvor a Cristo-Jesus, o qual, na Hóstia consagrada, branca e imaculada, renova perenemente o transcendente mistério com que penetrou no sacrifício e na morte, para, ressurreto, e glorioso, nos dar a vida no seu corpo e no seu sangue.

Saindo de seu santuário venerado e aqui chegando por entre as emoções mais fortes e as lágrimas mais expressivas de alegria de amor de toda a população que se adensava e comprimia para saudá-la, a imagem sagrada da nossa augusta Rainha e Padroeira como que veio talar ao próprio coração do Brasil a voz inconfundível dos anelos coletivos dando-lhe mais altura, mais grandeza e mais conteúdo.

Ainda ai, Ela, Rainha e Padroeira nossa, zelou com entranhado carinho dos destinos de nossa Pátria, apontando-lhe, através de Jesus Eucarístico, o caminho seguro da vitória do bem sobre o mal, da justiça sobre as desigualdades econômicas e sociais, da liberdade, que é ideal cristão, sobre a opressão materialista e pagã.

Entreguemos, pois, numa reafirmação de confiança e de fé, ao Sagrado Coração de Jesus, ratificando solenemente a vitoriosa consagração do excelso Episcopado Nacional, os superiores destinos do Brasil.

É a conclamação que nos vem irrecusável e clara de todos os quadraes do território nacional para que eterna e indissolúvelmente unidos a Cristo, Senhor e Salvador nosso, possamos falar a partir desta hora conturbada aflição e confusa de sua evolução a linguagem da democracia cristã, da unidade entre os povos e do amor entre os homens, supremo mandamento divino.

Assim em meio às tormentas que desabaram sobre a terra poderemos dizer sempre como agüel excelso sucessor de São Pedro:

"O Coração Santíssimo de Jesus é sinal divino de vitória. Nêle colocamos todas as nossas esperanças. Dêle é que devemos esperar a salvação".

Onde, nessas palavras, que por humanas não podiam ter a magnificência do ato de fé que se ia celebrar como coroamento do Congresso, o mais leve indicio de que me valera do cargo para falar em nome do Parlamento?

Não falei, não podia e não devia fazê-lo, primeiro porque não tinha delegação para tanto, segundo porque o ato tinha maior significação e magnitude. Não era a manifestação isolada de um dos poderes políticos representativos da soberania nacional. Era a maioria indisputável da própria Nação, que, através das vozes que ali se altejavam: límpidas e corajosas expressões inecívocas de todas as categorias sociais, se entregava ao Sagrado Coração de Jesus, numa esplêndida profissão de fé que se sublimava, porque suplicava de aperfeiçoamento moral e religioso.

Os termos da Consagração, também não autorizaram a interpretação do digno representante da Igreja Presbiteriana e, por isso, quero citá-los nos Anais desta augusta Casa.

Ei-los ditos de joelhos por quantos, na imensa praça do Congresso, ali se encontravam para aquela cerimônia memorável.

"Coração Eucarístico de Jesus, Coração de Homem-Deus, Coração de Cristo Rei Salvador da Humanidade, Senhor dos Senho-

res, Juiz Supremo dos Individuos e das Nações.

Nós, como legítimos representantes do povo brasileiro, aqui vimos, entregar-vos os destinos de nossa Pátria que Vos foi consagrada pelo Episcopado Nacional em presença do Chefe do Governo, no alto do Corcovado. Neste momento culminante de nossa história atendendo ao apelo de milhares de vozes, no mais vasto plebiscito de religião e de patriotismo, vimos ratificar esta consagração nacional ao Vosso Divino Coração.

A Vós consagramos todos os Estados e Territórios do Brasil, com suas grandezas naturais, suas empresas e realizações, suas riquezas materiais, seu patrimônio espiritual e moral.

Reina em nossos lares, santificando todas as famílias, desde as mais abastadas até as mais pobres.

Reina em todas as atividades dos homens. Sêde a luz dos homens de estudo, a defesa da Pátria, pelas Forças Armadas, a sapiência dos Legisladores, a Justiça dos Magistrados, a orientação do Governo.

Agradecemos Vossas dadiosas bênçãos à nossa Pátria, e, reconhecendo nossos erros e ingratições, pedimos Vosso perdão e misericórdia.

Por Maria Santíssima, a Virgem Aparecida Rainha e Padroeira do Brasil suplicamos Vossas bênçãos para a felicidade de nosso povo, agora e sempre. Amem".

Poderia terminar aqui, já que me ocupo do caso em atenção ao ilustre Pastor presbiteriano e pelo dever de defesa da correção do procedimento do Presidente do Senado, que sempre respeitou a consciência alheia para ter a sua integralmente respeitada.

Não quero entretanto, deixar esta tribuna sem ler, para que fique nos Anais a excelente e vigorosa Nota de "O Estado de São Paulo", o grande órgão da imprensa paulista, o qual, sem possibilidade de contestação, é uma das mais altas, prestigiosas e autorizadas vozes do Brasil contemporâneo.

É esta a Nota que, sob o título *República e religião*, publicou ele, a 26 de julho, e que é bem resposta, antecipada e irretorquível à missiva do eminente Presidente do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana do Brasil:

"Haverá, provavelmente, quem estranhe o procedimento do Presidente do Senado, Sr. Nereu Ramos, e outros representantes do povo brasileiro, entregando os destinos da nossa Pátria ao Coração de Jesus, em seguimento ao que ocorreu quando foi consagrada, pelo primeiro episcopado nacional, em presença do Chefe do Governo, no alto do Corcovado, o monumento a Cristo Redentor. Postos de joelhos no Congresso Eucarístico, Deputados e Senadores ratificaram essa consagração nacional ao Coração de Jesus

"A Vós consagramos, declaramos esses representantes da Nação, todos os Estados e territórios do Brasil com suas grandezas naturais, suas empresas e realizações, suas riquezas materiais, seu patrimônio espiritual e moral".

A estranheza desaparecerá quando se atentar para a natureza do ato praticado. Não se trata de uma lei do Congresso, mas, simplesmente, de uma oração formulada por vários parlamentares, solenemente, perante o povo reunido na esplanada onde se realizou o Congresso Eucarístico. Expressão dos sentimen-

tos religiosos dos brasileiros que a proferiram, essa oração não constitui um vínculo oficial do Brasil ao Coração de Jesus decretado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo Presidente da República.

Aliás, entre as atribuições do Congresso Nacional não se encontra a de fazer consagrações de caráter religioso. Teria sido, talvez, por parte dos que intervieram na solenidade, um excesso de zelo, explicável, aliás, pela impressão profunda que, em toda a população do Rio de Janeiro causou o espetáculo extraordinário de fé religiosa que foi o Congresso Eucarístico. A manifestação, uma vez que não pode ser considerada ato oficial do Congresso Nacional, mas ato individual dos congressistas que a tornaram pública nada tem de excepcional, uma vez que a Constituição do Brasil, elaborada e promulgada pela maior parte desses cidadãos, foi decretada e promulgada sob a proteção de Deus. O exercício do culto religioso, a que se entregaram os parlamentares brasileiros, é ato assegurado pela Constituição.

Colocada a questão nesses termos, só temos que ver, nesse episódio, o desejo ardente de santificar, com a presença do Cristo, aos lares brasileiros, todas as famílias desde as mais abastadas até as mais pobres, desejo louvável em face da desagregação familiar a que estamos assistindo, após a convulsão espiritual de ideologias extremistas, fundadas no ateísmo. Nada mais patriótico do que implorar ao Cristo que reine em todas as atividades dos homens e que seja a luz dos que estudam a defesa da pátria pelas forças armadas, a sapiência dos legisladores, a justiça dos magistrados, a orientação do Governo.

Não teríamos sofrido tanto, como temos sofrido, nem a democracia brasileira estaria ameaçada nos seus fundamentos se, de há muito, houvésemos voltado os corações para o Cristo e suplicado a sua interferência em todos os nossos negócios, assim particulares como públicos. O que nos tem faltado é, precisamente, a presença do sentimento religioso em nossos corações para orientar os nossos atos e combater os nossos desatinos.

Aguio que os parlamentares disseram na oração, formulada perante o Congresso Eucarístico, é o que está no sentimento geral, do qual foram intérpretes legítimos.

Depois disso, dou por definitivamente encerrado o assunto, com votos por que os céus nos inspirem a todos, católicos e presbiterianos, a fim de que cada vez nos penetremos mais dos ensinamentos e dos exemplos do Evangelho. (Muito bem; muito bem. Palmas).

Atos da Comissão Diretora

A Comissão Diretora, em reunião de 3 de setembro corrente, resolveu deferir:

— o Requerimento n. 133-55, de Amélia da Costa Côrtes, Oficial Legislativo, Nível 15, solicitando 60 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação;

— o Requerimento n.º 136-55, de Franklin Palmeira, Diretor de Serviço, padrão PL-2, solicitando permissão para gozar, no corrente ano, o seu período restante de licença-especial (um mês e nove dias).